*Edição nº 461 da Revista da Previdência Complementar – uma publicação da Abrapp, ICSS, Sindapp, UniAbrapp e Conecta

Por Martha Elizabeth Corazza

Ajustes táticos marcam as políticas de investimento para 2026 – No momento em que as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) definem e levam à aprovação de seus órgãos de governança as políticas de investimento para 2026, a tendência é que a renda fixa voltada para os títulos públicos federais continue a ser a estrela do próximo ano, mas alguns movimentos começam a ser feitos para ampliar os limites de tomada de risco em outros ativos. Entre eles, a renda variável local, os fundos imobiliários e o investimento no exterior. “Ainda teremos mais um ano de renda fixa, classe que concentra atualmente as alocações-alvo das fundações, mas a pauta das discussões já inclui limites mais folgados para elevar a tomada de risco em 2026”, avalia Guilherme Benites, Sócio Fundador da consultoria Aditus.

Na amostra de 140 EFPCs acompanhadas pela consultoria, 92% dos ativos permanecem alocados em renda fixa, sendo que 90% dos resultados obtidos na gestão ativa dessa classe vieram da alocação dos títulos prefixados, já que o carrego não foi positivo ao longo do ano. “Considerando um cenário em que a Selic retome o ciclo de queda e alcance 12,5% no fim de 2026, a expectativa é que esses investidores passem a buscar, ainda que de forma cautelosa, uma maior diversificação de ativos”, projeta o consultor.

O crédito privado perdeu espaço em razão da redução dos spreads observada em 2025. “As carteiras das EFPCs chegaram a outubro de 2025 com 20% a 30% a menos de crédito na comparação com outubro de 2024. Se os spreads voltarem a abrir, será o momento ideal para que as entidades ampliem essas posições, uma alternativa importante de diversificação”, afirma Benites.

Entre os principais pontos de atenção nas políticas de investimento este ano, ele aponta o ajuste das carteiras, já praticamente concluído, à Resolução CMN nº 5.202/2025, que alterou as diretrizes dos investimentos de recursos garantidores das EFPCs. Além disso, tem sido importante observar que as novas alocações vêm sendo feitas via fundos de investimento de responsabilidade limitada, possibilidade aberta pela Resolução CVM nº 175. “Essa é uma opção que combina bem com o mundo dos institucionais, já tendo sido adotada pela grande maioria”, ressalta.

Risco subestimado – Os fundos de pensão atravessam hoje o período de menor diversificação de portfólio já registrado. Com cerca de 92% dos recursos totais alocados em renda fixa, e quase toda essa parcela concentrada em títulos públicos, o cenário que parece oferecer segurança pode, na prática, representar maior exposição a risco, avalia Fernando Lovisotto, Chefe de Investimentos da Vinci Compass. A atratividade dos títulos públicos, reforçada pela possibilidade legal de manter boa parte das carteiras marcadas na curva, acabou estimulando uma concentração excessiva. “Isso transmite uma sensação de tranquilidade, mas alguns riscos estão sendo subestimados”, alerta o gestor.

(Continua...)

Clique aqui **para ler a matéria completa na íntegra.**

Fonte: Abrapp em Foco, em 29.12.2025.